

Atena
Editora
2019

**Denise Pereira
(Organizadora)**

Diversidades: Diferentes, não Desiguais 3



Denise Pereira
(Organizadora)

Diversidade: Diferentes, não Desiguais 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D618 Diversidade [recurso eletrônico] : diferentes, não desiguais 3 /
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Diversidade: Diferentes, Não Desiguais; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-092-6

DOI 10.22533/at.ed.926190502

1. Ciências sociais. 2. Igualdade. 3. Psicologia social.
4. Tolerância. I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 302

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em pleno século XXI deveria ser natural vivenciar a diversidade, pois aceitá-la não é apenas conseguir lidar com gêneros, cores ou orientações sexuais distintas, mas principalmente respeitar ideias, culturas e histórias de vida diferentes da sua.

A intolerância muitas vezes manifestada em virtude de uma generalização apressada ou imposta por uma sociedade, leva ao preconceito. E, esse preconceito leva as pessoas a fazerem juízo de valor sem conhecer ou dar oportunidade de relacionamento, privando-as de usufruir de um grande benefício: aprender e compartilhar ideias com pessoas diferentes.

A partir da discussão de conceitos de cor, raça, gênero, que nada mais é do que um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino, negro e branco, os autores deste livro nos convidam a pensar nas implicações que esse conceito tem na vida cotidiana e como os arranjos da diversidade podem muitas vezes restringir, excluir e criar desigualdade.

Boa leitura

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE – NARRATIVAS QUE ROMPEM COM AS FRONTEIRAS DA IDENTIDADE	
Ana Claudia Oliveira Neri Alves Algemira de Macedo Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.9261905021	
CAPÍTULO 2	14
COMUNIDADE QUILOMBOLA CONTENTE: TRAÇOS DA MEMÓRIA	
Francisca das Chagas da Silva Alves Maria Jorge dos Santos Leite	
DOI 10.22533/at.ed.9261905022	
CAPÍTULO 3	25
DO CANDOMBLÉ ÀS CIÊNCIAS MÉDICAS: CUIDADO, CURA E EDUCAÇÃO MÉDICA SUSTENTÁVEL	
Luysa Gabrielly de Araujo Moraes Regina Moraes da Silva Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.9261905023	
CAPÍTULO 4	34
ENTRE LITERATURA E PSICANÁLISE: RACISMO E SEXUALIDADE EM ANJO NEGRO DE NELSON RODRIGUES	
Maria Aparecida Nascimento de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.9261905024	
CAPÍTULO 5	45
FRUIÇÃO E MAGIA: DO SILENCIAMENTO À VISIBILIDADE NEGRA NA LEITURA DE LIVROS DE LITERATURA DE TEMÁTICA DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Sara da Silva Pereira Vanessa de Senia Monteiro Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.9261905025	
CAPÍTULO 6	55
MÍDIA E NEGRITUDE: O USO DOS FILMES NA (DES) CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS	
Izaque Pereira de Souza Teresa Kazuko Teruya Wellington Junior Jorge	
DOI 10.22533/at.ed.9261905026	
CAPÍTULO 7	67
O RISO E O LÚDICO NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA AFRO-BRASILEIRO NOS POEMAS SATÍRICOS DE LUIZ GAMA	
Josineide Carvalho Costa Herasmo Braga de Oliveira Brito	
DOI 10.22533/at.ed.9261905027	

CAPÍTULO 8 79

PRECONCEITO RACIAL VIVENCIADO PELA PERSONAGEM CLARA DOS ANJOS NO ROMANCE HOMÔNIMO DE LIMA BARRETO

[Leonice Rosa da Cunha Abreu](#)

[Zenaide Lima de Sousa](#)

[Elio Ferreira Souza](#)

DOI 10.22533/at.ed.9261905028

CAPÍTULO 9 82

RELAÇÕES SOCIAIS DO BRASIL: DO COMÉRCIO ESCRAVISTA DO SÉCULO XVIII AO COMÉRCIO SOLIDÁRIO DO SÉCULO XXI

[João Batista Romualdo Alves](#)

DOI 10.22533/at.ed.9261905029

CAPÍTULO 10 87

UMA ÁFRICA VIVA EM SALA DE AULA: OFICINAS DE AFROSABERES

[Hinara Dias Juca](#)

[Leididaiane Inácio de Sá](#)

[Ana Técia de Lima](#)

DOI 10.22533/at.ed.92619050210

CAPÍTULO 11 95

VIDA E MORTE QUILOMBOLA

[Adelmir Fiabani](#)

DOI 10.22533/at.ed.92619050211

CAPÍTULO 12 109

LA LECTURA INMAGÉTICA VIRTUAL IDEOLÓGICA Y GLOBALIZADA DE ÁFRICA

[Sérgio Rodrigues de Souza](#)

[Liliane Rodrigues de Araújo](#)

DOI 10.22533/at.ed.92619050212

CAPÍTULO 13 116

VISÕES CRÍTICAS SOBRE O PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA COM BASE NAS AÇÕES AFIRMATIVAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS

[Cláudio José Araújo Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.92619050213

CAPÍTULO 14 124

CORPOS DEFICIENTES E DIFERENTES: DISCURSO SOBRE A DIVERSIDADE E A POLÍTICA DE INCLUSÃO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

[Terezinha Richartz](#)

DOI 10.22533/at.ed.92619050214

CAPÍTULO 15 133

HISTÓRIA, AÇÕES E REPERCUSSÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA

[Deyse Morgana das Neves Correia](#)

DOI 10.22533/at.ed.92619050215

CAPÍTULO 16	147
INTERFACES DAS PRÁTICAS DOCENTES COM A LEI 10.639/2003 NO IFCE/CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE	
Maria Virilândia de Moura Luz Erivana D’Arc Daniel da Silva Ferreira Rosilêa Agostinha de Araújo Marcus Vinicius de Oliveira Brasil	
DOI 10.22533/at.ed.92619050216	
CAPÍTULO 17	157
NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: COMO A ESCOLA CONTEMPORÂNEA LIDA COM ISSO	
Angela Maria Venturini Emília Naura Santos Bouzada Alexandra Sudário Galvão Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.92619050217	
CAPÍTULO 18	167
NOTAS PARA O DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO E FORMAÇÃO DOCENTE	
Patrícia Fernanda da Costa Santos Luciélío Marinho da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.92619050218	
CAPÍTULO 19	182
O JOGO MANCALA – UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR PARA UMA ABORDAGEM EM HISTÓRIA DA MATEMÁTICA	
Denise Aparecida Enes Ribeiro José Augusto Pereira Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.92619050219	
CAPÍTULO 20	189
PROJETO PEDAGÓGICO, CONCEPÇÕES E FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DE ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA	
Daniele De Souza Farias	
DOI 10.22533/at.ed.92619050220	
CAPÍTULO 21	203
O CORPO NA EXPOSIÇÃO “BOSQUE” DE VELICASTELO	
Guilhermina Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.92619050221	
CAPÍTULO 22	212
LEITURAS DO CORPO EM TRÊS OBRAS DE HELONEIDA STUDART	
Juliana Braga Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.92619050222	
CAPÍTULO 23	222
MÍDIA E POLÍTICA: A LEGITIMAÇÃO DO SEXISMO	
Jucirleia Ferreira de Medeiros Chaves Joselito Santos Tatiana Cristina Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.92619050223	

CAPÍTULO 24	228
A EXTENSÃO COMO POTENCIALIDADE NA DES/CONSTRUÇÃO DE SUJEITOS	
Cláudio Orlando Gamarano Cabral	
Marilda de Paula Pedrosa	
Michele Priscila Gonçalves dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.92619050224	
CAPÍTULO 25	234
“NOVO MUNDO”: ENTRE A CARICATURA E A VEROSSIMILHANÇA	
Maria Luand Bezerra Campelo	
Vanessa de Carvalho Santos	
DOI 10.22533/at.ed.92619050225	
CAPÍTULO 26	244
ESTÉTICA DA DISSIMULAÇÃO: A ESTÉTICA PERIFÉRICA DE MACHADO DE ASSIS	
Natalino da Silva de Oliveira	
Joelma de Fátima da Costa Neves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.92619050226	
CAPÍTULO 27	254
LUTA E RESISTÊNCIA NA TRAJETÓRIA DE JOÃO NERY: [TRANS]PASSANDO A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA	
Rafaela Costa de Azevedo	
Michelly Pereira de Sousa Cordão	
DOI 10.22533/at.ed.92619050227	
CAPÍTULO 28	267
O ABC DE PATATIVA DO ASSARÉ ENSINANDO SOBRE MEMÓRIA E TRADIÇÃO NO NORDESTE FLAGELADO	
Eduarda Maria Moreira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.92619050228	
CAPÍTULO 29	277
NO SEU PESCOÇO, UMA ANÁLISE DO DISCURSO NO CONTO DE CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE	
Solange Maria Morais Teles	
Rebeca de Alcântara e Silva Meijer	
Antonia Leda Morais de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.92619050229	
CAPÍTULO 30	285
IDENTIDADES AO LÉO: UMA LEITURA DE “PONCIÁ VICÊNCIO” E DE “O VENDEDOR DE PASSADOS”	
Leonardo Gomes de Souza	
Lídia Maria Nazaré Alves	
Fernanda Soares Wenceslau	
DOI 10.22533/at.ed.92619050230	
SOBRE A ORGANIZADORA	293

VISÕES CRÍTICAS SOBRE O PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA COM BASE NAS AÇÕES AFIRMATIVAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS

Cláudio José Araújo Silva
(SEDUC)

RESUMO: O racismo é uma prática social caracterizada pelos xingamentos, apelidos e sentimento de superioridade dos brancos em relação aos afrodescendentes. Nesse sentido, vale destacar que as ações afirmativas referentes à temática racial na educação representam um importante instrumento de luta contra este problema social. Esse trabalho, de modo geral, visa apresentar uma reflexão com base na articulação entre as políticas públicas ligadas ao preconceito racial na educação e a realidade dos contextos escolar e universitário. Com esse estudo percebemos os avanços, as limitações e as possibilidades de se construir uma educação em que as diferenças raciais possam ser identificadas e discutidas no ambiente escolar e universitário. A presente produção tem como objetivos específicos: analisar algumas ações afirmativas relativas à temática étnico racial na educação; discutir sobre as possibilidades de interpenetração entre essas ações afirmativas e as práticas educacionais a nível formal. Como subsídio teórico este texto conta com a contribuição de autores como Silva (2015), Freyre (2000), Gomes (1995), Freire (1996), Castro e Abramovay (2006), Luz (2013) e Hall (2011), dentre outros (as). O estudo nos

mostra que para haver a concretização das ações afirmativas contra o racismo na escola é necessário o envolvimento dos gestores e comunidade escolar no sentido de divulgar, discutir estas ações e planejar formas alternativas de se contrapor a este problema social.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito racial. Ações afirmativas. Educação.

INTRODUÇÃO

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar”

Nélson Mandela

No Brasil, o racismo é um problema social que ocorre quando alguém é discriminado, xingado, humilhado ou excluído de atividades sociais por causa do seu fenótipo, sobretudo a cor da pele. Diante disso, surgem questionamentos tais como: como combater o preconceito racial? O que o Estado tem proposto para o enfrentamento dessa questão? Essa temática tem sido alvo de discussões nas escolas e universidades?

Nesse contexto, vale ressaltar que

participei do grupo de estudo e pesquisa GEAfro: Gênero, Educação e Afrodescendência do Centro de Ciências da Educação (CCE) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), coordenado pelo professor Dr. Francis Musa Boakari, entre os anos de 2013 e 2016. Neste grupo participei de estudos, reflexões e debates que me propiciaram uma nova visão sobre a temática racial que me possibilitou realizar esse estudo.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as ações afirmativas e práticas pedagógicas de combate ao racismo. Segundo Valle (2010, p.44), “Ação afirmativa é o conjunto de políticas públicas e privadas de combate a todas as formas de discriminação: de deficiências físicas e mentais, de raça, de gênero, de origem nacional, de religião e de outras, que variam de cultura para cultura”.

Nessa perspectiva, é relevante destacar que o estudo foi desenvolvido através da articulação entre as políticas públicas de combate à discriminação racial e o pensamento crítico de autores que discutem o preconceito racial, sobretudo na área educacional. No decorrer do texto foram inseridos relatos de pesquisa que reforçam os posicionamentos defendidos ao longo da produção.

Acreditamos que seja papel do docente cuidar da sua formação continuada, buscando adaptá-la ao contexto social vigente que hoje apresenta como proposta fundamental a luta contra os preconceitos e o desenvolvimento de práticas educativas capazes de conscientizar a sociedade sobre a importância de se respeitar as diferenças. O trabalho nos mostra a necessidade da comunidade escolar e universitária discutirem as ações afirmativas ligadas à temática racial e planejar formas de colocá-las em prática visando contribuir para a transformação social.

Na parte de fundamentação teórica o presente trabalho contou com a colaboração de autores como Silva (2015), Gomes (1995), Santomé (2008) e Luz (2013) dentre outros/as, assim também como com a consulta a diversos documentos que tratam das ações afirmativas referentes ao preconceito racial.

A EDUCAÇÃO E AS AÇÕES AFIRMATIVAS CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

“A razão pela qual intolerância, sexismo, racismo, homofobia existem é o medo. As pessoas têm medo de seus próprios sentimentos, medo do desconhecido”

Madonna

No espaço escolar, conforme refletem Castro e Abramovay (2006), o racismo, enquanto prática social que exclui e inferioriza os africanos e seus descendentes se apresenta através de xingamentos, apelidos, brincadeiras depreciativas. Esse comportamento contaria totalmente o que determina a Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) que define em seu Artigo 3º, inciso IV, que se constitui como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, p. 11)

Logo, percebe-se que a escola, enquanto instituição da nossa República, não

deve fomentar ou ser passiva diante dos casos de discriminação racial que ocorrem em seu cotidiano. Silva (2015) apresenta relatos de pesquisa cujo conteúdo denota discriminação racial. Nesse sentido, o depoente declarou:

Toda vez que eu falo as palavras umbanda, candomblé, mais popularmente conhecidos como macumba, aí os meninos riem... Aí pergunto se alguém da turma é umbandista... Pergunto quem é católico e a maioria se manifesta positivamente... Quem é protestante? Bah! Todo mundo levanta a mão! Quem é umbandista? Aí todo mundo fica é sorrindo... Aí aponta um para o outro dizendo: "A mãe dele é umbandista! [...]" (SILVA, 2015, p. 133).

Diante desse contexto pode-se afirmar que a escola é um espaço de conflitos onde convivem interesses diversos cabendo à comunidade escolar inserir no seu discurso a reflexão sobre a necessidade de aprendizagem de convivência com as diferenças existentes nela e não construir uma ideia de harmonia e igualdade racial em seu ambiente. As risadas observadas no relato acima representam desrespeito a um povo que participou ativamente da construção do Brasil e que, portanto, merece reconhecimento e respeito.

Nesse sentido, vale destacar que a ideologia da democracia racial, defendida por Freyre (2000), tem contribuído bastante para a existência e permanência do preconceito racial. Gomes (1995) comentando sobre essa ideologia, nos diz que:

O mito da democracia racial no Brasil surgiu com o objetivo de distorcer a percepção da realidade racial brasileira, inculcando nos negros e nos brancos a ilusão de que as oportunidades de ascensão social estavam colocadas para a sociedade brasileira, porém, somente aqueles que tivessem um profundo empenho individual conseguiriam alcançá-la. A democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação dos estereótipos sobre o negro, reforçando as várias modalidades de pensamentos racistas brasileiro: ora a suposta inferioridade biológica do negro, ora a suposta inferioridade sociológica do negro, justificando e mantendo as desigualdades raciais (GOMES, 1995, p.61-62).

Portanto, observa-se que a democracia racial é uma ilusão e que a discriminação racial precisa ser combatida como forma de se assegurar os direitos humanos dos afrodescendentes. Em relação ao combate ao racismo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004) recomenda que "[...] se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimento de superioridade em relação aos negros [...]" (BRASIL, 2004, p.12).

Nessa perspectiva, conclui-se que "[...] a escola não deve assumir uma postura de neutralidade diante das diferenças culturais presentes em seu interior. Agindo dessa forma, estará encarnando o discurso da democracia racial e permitindo que as situações de racismo continuem existindo no seu cotidiano" (SILVA, 2015, p.94).

Logo, o questionamento das relações étnico-raciais no meio educacional exige a execução de uma pedagogia crítica em que o docente possa refletir sobre sua prática pedagógica com o objetivo de desenvolvê-la de forma contextualizada, considerando as diferenças existentes no meio educacional.

Dessa forma, o Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010) estabelece em seu Artigo 13, inciso segundo, que o Poder Executivo federal, através dos órgãos competentes, deve “incorporar nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores temas que incluam valores concernentes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira” (BRASIL, 2010, p.8). Essa determinação do referido estatuto é importante tendo em vista que:

É frequente que tanto as autoridades políticas, quanto os professores e professoras se vejam a si mesmos/as como pessoas objetivas, neutras e, por conseguinte, como pessoas que não favorecem a reprodução e produção de comportamentos racistas. Entretanto, quando se fazem análises etnográficas no interior das salas de aula ou se observam os materiais curriculares, logo aparecem, diante dos nossos olhos, condutas que invalidam as auto-imagens de neutralidade que o sistema educacional oferece (SANTOMÉ, 2008, p.169).

E é exatamente por não concordar com essas posturas de neutralidade diante do racismo que Luz (2013) alerta para a necessidade de se africanizar nossa universidade através dos estudos referentes à epistemologia africano-brasileira em que se estude e pesquise sobre a origem das cidades, cosmogonias, parábolas, provérbios, tecnologias diversas e as narrativas de origem africanas como forma de se preservar, conhecer e valorizar o patrimônio histórico e cultural dos nossos ancestrais.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que o compromisso com a docência através da qualificação permanente apresenta-se como uma importante característica da educação crítica. Sobre este ponto Paulo Freire nos coloca que “Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão sobre a prática. É pensando criticamente na prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1996, p.39).

É com esse tipo de formação que o docente será capaz de identificar o preconceito racial no interior da escola e se manifestar visando bloquear este tipo de comportamento que muitas vezes se manifesta durante o recreio ou aula através da desqualificação dos afrodescendentes por questões raciais.

Todo esse contexto é propiciado através da prática de uma didática de base eurocêntrica em que predomina o estudo da história e cultura ocidental em detrimento dos conhecimentos de origem africana de modo a contribuir para o obscurantismo dos valores afrodescendentes no Brasil. A esse respeito, Castro e Abramovay (2006) nos colocam que:

A ausência dos negros nos livros didáticos, a inexistência de bonecas negras, de cartazes, de filmes e da veiculação de imagens positivas do negro contribuem

para o processo de invisibilidade da criança negra no espaço escolar. Além disso, a difusão de imagens preconceituosas reforça a baixa autoestima desses alunos (CASTRO; ABRAMOVAY, 2006, p.256).

Nesse sentido, o Programa Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2010) estabelece que deva haver ação governamental capaz de “apoiar o processo de revisão dos livros didáticos de modo a resgatar a história e a contribuição dos afrodescendentes para a construção da identidade nacional” (BRASIL, 2010, p.214).

A concretização dessa ação afirmativa vai possibilitar o conhecimento e a valorização de aspectos da cultura de base africana como o calundu, o candomblé, a umbanda, os batuques e a capoeira (MATTOS, 2008, p. 156-186), representando uma nova visão educacional que se contrapõe ao processo de branqueamento ideológico presente em nosso modelo educacional.

Ainda referente ao que dispõe nossa atual LDB sobre a temática étnico-racial, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2009) dispõe sobre as atribuições das IES (Instituições de Ensino Superior), destacando que elas, basicamente, devem:

Desenvolver atividades acadêmicas, encontros, jornadas e seminários de promoção das relações étnico-raciais positivas para seus estudantes; dedicar especial atenção aos cursos de licenciatura e formação de professores, garantindo a formação adequada sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e os conteúdos propostos na Lei 11.645/2008; construir, identificar, publicar e distribuir material didático e bibliográfico sobre as questões relativas à Educação das Relações Étnico-raciais para todos os cursos de graduação (BRASIL, 2009, p.30-39).

Deste modo, percebe-se que é fundamental a reformulação da formação inicial dos professores e a construção de um processo de formação continuada sistemático e permanente para que se tenha uma mudança na mentalidade dos docentes sobre a importância do ensino dentro de uma ótica multicultural visto que “[...] uma política educacional que queira recuperar essas culturas negadas não pode ficar reduzido a uma série de lições ou unidades didáticas isoladas destinadas a seu estudo” (SANTOMÉ, 2008, p.172).

Colocando Luz (2013) nessa discussão sobre a inserção do estudo da história e cultura africana no currículo da educação básica observa-se que ela vê como fonte de dificuldade para a concretização dessa proposta o fato da universidade brasileira ser racista e propagar uma visão colonizadora a partir do momento que concentra seus conteúdos e pesquisas na cultura eurocêntrica em detrimento da cultura africana.

Corroborando com o posicionamento de Luz (2013), Monteiro (2006, p.122) destaca que as instituições de ensino superior devem elaborar uma pedagogia não racista, avaliar sistematicamente a estrutura dos cursos e capacitar seus docentes quanto ao conteúdo envolvendo a temática étnico-racial.

Sendo assim, percebe-se que as ações afirmativas articuladas com uma nova visão educacional em que docentes e gestão educacional criem novos objetivos de ensino e desenvolvam atividades reflexivas como palestras, projetos, debates, gincanas sobre a diversidade cultural representa uma trilha produtiva no processo de enfrentamento da intolerância racial.

Deve ser questionado no meio escolar o mito da democracia racial fundamentado em Freyre (2000) que valoriza a miscigenação no sentido biológico, estabelece um caráter harmônico para as relações raciais em nossa sociedade e tem dificultado a prática de uma educação crítica capaz de analisar e contextualizar as diferenças existentes no meio escolar. Segundo esta ideologia as oportunidades de ascensão social são iguais para todos em nossa sociedade e, em termos culturais, existe em nossa sociedade uma cultura nacional onde inexiste o conflito racial.

Hall (2011) discorda desta ideologia apontando a existência de um antagonismo racial em nossa sociedade criado historicamente levando à construção de identidades raciais divergentes em que a organização formal da nação e o discurso oficial dos governantes muitas vezes camuflam estas diferenças. Segundo Hall (2011, p. 63-64):

A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas e corporais, etc. – como marcas simbólicas e socialmente um grupo de outro.

Portanto, de acordo com a reflexão de Stuart Hall, pode-se concluir que de fato existe um antagonismo racial no Brasil e que pensar diferente disso significa ser partidário de uma escola e um educação que funcionam como aparelho ideológico do estado com a função principal de reproduzir as desigualdades e injustiças sociais. E o que demonstra nossa história é que formamos uma sociedade repleta de preconceitos que oprimem vários segmentos sociais como as mulheres, negros, indígenas e pessoas com deficiências ou transtornos globais.

Diante disso, nossa Constituição Federativa (BRASIL, 1988) estabelece em seu Artigo 205 que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 121).

E, portanto, devemos crer que a escola deve assumir explicitamente o compromisso de educar a partir dos princípios democráticos e para isso deve empreender reformas que visem transformar o seu discurso, seu currículo e as práticas pedagógicas.

À GUIA DE CONCLUSÃO

“Tire seu racismo do caminho, que eu quero passar com a minha cor”

Georges Najjar Jr

O preconceito racial deve ser discutido e combatido de forma permanente em nossa sociedade porque ele prejudica a coletividade dos africanos e afrodescendentes que tiveram participação ativa na construção da nossa sociedade. Nesse sentido, pode-se afirmar que o conhecimento e a execução das políticas públicas relativas ao tema das relações étnico-raciais se apresenta como uma alternativa essencial nas lutas de combate ao racismo.

É necessário que a sociedade, sobretudo na área educacional, conheça as políticas públicas referentes às raças para que possa preservar os direitos daqueles que sofrem constrangimentos por causa do racismo na escola, na universidade e na família.

O maior problema que ocorre em relação ao racismo é, exatamente, os silêncios produzidos em relação a esse fenômeno. E, portanto, cabe à gestão escolar montar estratégias que se contraponham à pedagogia silenciosa em relação à discriminação racial que prejudica socialmente e emocionalmente os afrodescendentes.

A omissão do estado em incentivar a promoção de atividades educacionais para o conhecimento e aplicação das políticas públicas sobre as relações raciais coloca-o como principal reprodutor da discriminação racial. Nessa perspectiva, vale ressaltar que é essencial a articulação permanente entre os órgãos públicos objetivando refletir sobre a problemática racial e planejar ações capazes de confrontar o preconceito racial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1998.

_____. _____. _____. _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

_____. _____. _____. _____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003.

_____. _____. _____. _____. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília: Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial, 2010.

_____. Ministério de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Mec-SECAD/SEPP/IR/INEP, 2004.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ministério da Educação, 2009.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Justiça e Cidadania. **Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3**. Brasília: SEDH/PR, 2010.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Relações raciais na escola**: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília: INEP, Observatório de violência na Escola, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 41. ed. Rio de Janeiro, Record, 2000.

GOMES, N. L. **A mulher negra que vi de perto**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

LUZ, N. C. do P. É preciso africanizar a universidade. IN: MENEZES, J. M. F.; SANTANA, E. C.; AQUINO, M. do S. (Org.). **Educação, região e territórios**: formas de inclusão e exclusão. Salvador: EDUFBA, 2013. p.173-199.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo, Contexto, 2008

MONTEIRO, Rosana Batista. **Licenciaturas**. In: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília, SECAD, 2006.

SANTOMÉ, J. T. As culturas negras e silenciadas no currículo. IN: SILVA, T. T. (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: Uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008, p. 159-177.

SILVA, C. J. A. **Experiências de racismo vivenciadas por três professores afrodescendentes**. 2015. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

VALLE, B. de B. R. do. **Políticas Públicas em Educação**. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-092-6

